

# LONGE DA PÁTRIA, LUGAR DE SAUDADE

————— Armando Sousa Teixeira

## Lourenço Marques, Machava, Chipera, Nangade

Havia muita gente no átrio do aeroporto. Se tinha de ser, era agora! Largou a mala e correu na direcção da porta, gritando: “Sou militar! A PIDE prendeu-me sem culpa!”.

No exterior estava escuro, muito escuro e quente. Correu com determinação, voando nas asas de um sonho e de repente, ficou à beira de um rio, na margem de areias douradas com miríades de conchas e águas claras na maré alta. Era o rio da sua infância, tão distante e tão perto!

Quanto mais corria, mais a água se afastava. Caiu exausto e ouviu passos abafados na areia, gente a correr na sua direcção com pistolas apontadas, não conseguiria escapar.

Acordou do pesadelo agitado com um solavanco brusco. Adormecera durante a viagem desde o aeroporto na carrinha celular que estacava frente a uma vivenda de estilo senhorial. O nome da casa estava desenhado em azulejos artísticos por cima da entrada principal: Vila Algarve.

Na noite africana de fins de Novembro, prenhe de um cheiro agri-doce característico da grande cidade da África Oriental, uma mistura de humidade, de mofo e de odor da terra aquecida, o jovem furriel miliciano fazia a sua entrada amargurada naquele antro de tortura, ajoujado com a mala e o saco verde, cada vez mais pesados.

A grande mansão de forma circular, reminiscência da origem colonial, fora há vários anos (desde 1958) adaptada como sede da polícia política em Moçambique. Pela porta larga e envidraçada, acedia-se vencendo meia dúzia de degraus, a uma antecâmara onde vigiava um agente de serviço.

Compridos corredores circundavam pelo interior dando acesso às divisões onde funcionavam os “serviços” da PIDE/DGS. As celas de interrogatório e tortura, por onde passaram milhares de nacionalistas (Rui Nogar, José Craveirinha, Malangatana ...) ficavam na cave com entrada pelas traseiras. Um pesadelo seguia-se a outro pesadelo.

\*

Sáira há dois dias de Chipera onde estivera nos últimos meses, situada num planalto alcantilado dos contrafortes da região de Tete, não muito longe do grande Zambeze e da barragem de Cabora Bassa em construção e em disputa militar e política (o Movimento de Libertação ameaçara a sua destruição!).

A defesa do “perímetro próximo” do grande empreendimento financiado com capitais nacionais e internacionais, era a razão daquele “aldeamento estratégico”, um conceito copiado dos americanos na guerra do Vietname, sem êxito conhecido pois a vitória pré-anunciada da grande potência parecia cada vez mais distante.

O aldeamento-quartel de Chipera, construído num vale rodeado de morros, com vegetação tropical de altura mediana ressequida pelas altas temperaturas que durante o dia subiam aos quarenta graus, vivia sob a ameaça constante de ataques da guerrilha, que possuía morteiros de 60mm e 82mm e usava os foguetes “very-light” (nos finais de tarde) para manter uma tensão permanente.

A orientação militarista concentrara ali os nativos (mulheres, crianças e velhos) depois do massacre dos recalcitrantes na primitiva Chipera Velha, a alguns quilómetros de distância. Alegadamente para subtrair as populações à influência da Frelimo, como se tal fosse possível após séculos de opressão, tirania, escravatura e carnificina e não houvesse uma consciência africana ancestral de libertação do colonialismo.

Aconteceram muitas revoltas, lutas e guerras contra o domínio europeu ao longo dos séculos, mas agora havia uma direcção centralizada e única do movimento nacionalista de libertação, o resultado final seria inexorável.

Na partida intempestiva quando da detenção pela Polícia Militar no aquartelamento em pleno teatro de guerra, deixara ficar por precaução, mais de metade dos livros à guarda dos camaradas. Uma dor de alma deixar os seus inseparáveis “amigos”, mas fora uma decisão avisada depois da PM o ter entregado à polícia política em Tete.

\*

A ansiedade e a angústia explicavam a sensação de sobrecarga física e psicológica e o peso crescente da bagagem, enquanto esperava a sua vez de

ser atendido no “hall” da “Vila Algarve”, precedido por dois negros também acabados de chegar sob prisão.

– Têm de deixar tudo o que tiverem! – a ordem do agente da portaria, de meia idade e com cara de poucos amigos, soava como uma sentença.

– Não temos nada, nadinha! ...

– Para onde vão também não precisam, têm lá tudo! – o tom era sarcástico e arrogante, intimidando os putativos “elementos subversivos” prestes a entrarem no ninho de víboras.

Estavam muito nervosos os dois homens jovens e magros, vestindo fatos-macaco azuis, um deles com uma calvície pouco comum na raça negra. Tinham saído de um jipe quase em simultâneo com o miliciano e, na hora da partida para um destino ruim, o olhar derradeiro de um dos operadores de um qualquer mester industrial não identificado, transmitia terror e pânico, como se estivesse a pedir socorro.

Em vão! Caíra nas mãos dos esbirros da PIDE/DGS servindo o último estertor do derradeiro império colonial. A hora da libertação ainda viria longe?...

Era a sua vez. Um subalterno mulato, com um fardamento de caqui cinzento, veio arrancar-lhe a bagagem da mão:

– Preciso dos artigos de higiene e do relógio ... para me orientar!

– Lá dão-lhe toda a orientação necessária! – o mesmo tom de desprezo do algoz com poder discricionário.

– Para onde me vão mandar?

– Isso já não é comigo, irá descobrir quando lá chegar!

\*

Novamente no carro policial, sentado no banco lateral junto à pequena vigia aramada, espreitando as avenidas largas e ortogonais da cidade, aparentemente calma e sonolenta ao princípio da noite de domingo.

De repente pareceu-lhe ver uma cara conhecida, uma imagem inolvidável da infância a atravessar uma passadeira onde o carro celular parara. Certamente um relance de ilusão na necessidade de ver alguém amigo, o grito de saudação morreu-lhe na garganta muda e no atropelo do coração.

Quando acabaram os prédios altos vieram as habitações pobres e abaracadas dos arrabaldes, mais gente nas ruas mal iluminadas e sem passeios,

com as ruínas interiores em terra batida. Algumas casas em alvenaria, barracas de madeira e folha, palhotas de colmo, numa vasta área de caos urbanístico conhecida por “Caniço”.

Também estas construções foram rareando, as trevas adensavam-se no caminho por onde seguiam aos solavancos, atravessando um autêntico “buraco-negro” na terra mãe e virgem africana, onde não entrava nem saía a luz. O cérebro fechou-se um pouco, obnubilado pelas emoções.

Estremecimento. Finalmente uns muros altos, brancos, fracamente iluminados, uma guarita e um portão de chapa preto abrindo-se lentamente para o veículo entrar. Por cima o nome escrito em letras garrafais: Estabelecimento Prisional da Machava.

Uma lanterna ofuscou os olhos do prisioneiro e o comentário mordaz do guarda-portão, invisível na sombra, serviu de boas-vindas:

– São como os tordos! Hoje não param de cair!

\*

Dois anos passados de tormentas, atribulações, malfeitorias, de novo na pérola do Índico, agora mais a Norte, na zona dos macondes insubmissos.

No silêncio sepulcral da caserna, onde uma pequena luz do tecto alumia o sono pesado de dezenas de soldados quase ignaros, porque era essa a condição da “servidão militar”, a esperança exultava no peito do soldado perseguido desde o Curso de Oficiais.

Auscultadores nos ouvidos ligados ao pequeno aparelho de rádio que a mãe lhe oferecera, generosa e sacrificada, escutava as notícias do programa que contava dos êxitos da guerrilha na Guiné, em Moçambique, menos em Angola, sobretudo no Zimbabué, onde actuavam os movimentos independentistas ZANU e ZAPU, cuja sorte também estava ligada às terras da África Oriental em luta de libertação.

O coração abriu-se num sorriso do tamanho daquela terra quente, luminosa, misteriosa, sofrida, onde os povos vilipendiados por séculos e séculos lutavam pelo direito inalienável a um futuro independente. A sorte da guerra estava traçada!

O último pensamento antes de adormecer, tarde, foi para a companheira detida na prisão da PIDE/DGS, em Caxias, desde o início do mês de Abril. Eram poucas as notícias, chegara há dias uma segunda carta lacónica, mas

afirmativa, com o carimbo de “Verificação pelos serviços prisionais de Caxias”. A angústia prevalecente era superada pela certeza na sua coragem e firmeza de princípios. Era essa coragem e firmeza que precisava também a milhares de quilómetros de distância, com a convicção de que mais cedo ou mais tarde chegaria o fim da vida ruim, mesmo sem se saber adivinhar quão perto estava o instante final daquela noite de 24 de Abril de 1974 e nasceria o primeiro dia “inteiro e limpo”, como diria Sofia de Mello Breyner.

\*

Sete e meia da tarde, menos uma hora em Lisboa, tempo de noticiário da Rádio Clube de Moçambique, diariamente com notas oficiais e notícias de conveniência, onde sempre se percebia alguma coisa nas entrelinhas. Estranho, hoje 25/4/74, a música de circunstância prolongava-se e não era dada qualquer explicação.

- João! João! O Valter diz para chegares à Oficina de Rádio! Nos postos estrangeiros estão a dar notícias de um golpe de estado em Lisboa! – o incontornável rádio-montador Carlos estava em todas as novidades.

Um salto do beliche superior, como sempre fazia quando de madrugada se ouvia um rebentamento, mas desta vez não era preciso a G3! A ampla caserna tinha um aspecto soturno, com os catres metálicos como único mobiliário, quase deserta àquela hora do rancho. Era a melhor altura para ler sem mosquitos a apoquentarem.

Na oficina de rádio sintonizava-se ora a BBC, ora uma emissora da África do Sul. O inglês dos circunstantes era fraco, percebia-se que falavam de um “golpe de estado”, “Spínola”, “Marcelo Caetano”, “Lisboa” e pouco mais. Expectativa e ansiedade!

- Será um golpe militar do Spínola? – questionava o Valter, razoavelmente informado do que se conspirava na pátria distante.

- Ou da extrema-direita...mi...militar!? ... Não se ouve falar do “movimento dos capitães”, escutem... – a ansiedade traía João com a voz embargada

Durou umas horas a dúvida e a angústia. Já depois das dez, uma estação de rádio da África do Sul começou a transmitir o despacho habitual de Lisboa, do correspondente Luís Pereira de Sousa, que a Rádio Clube de Moçambique não transmitira, decerto a direcção estaria a ver “para onde caía”.

– “No Largo do Carmo o Movimento das Forças Armadas obrigou à deposição do poder e Marcello Caetano foi acompanhado pelo general Spínola ao aeroporto, a caminho do exílio no Brasil”.

Ouviam-se em fundo os ultimatoss feitos pelo comandante da coluna militar e as rajadas de G3 à ordem do capitão Salgueiro Maia.

– É o Movimento dos Capitães! É o Movimento dos Capitães! – lágrimas soltas, abraços efusivos, aplausos, sorrisos de crianças feitas soldados na guerra atroz. Mais lágrimas e abraços no regresso à caserna, libertando um soluço cravado no peito há meses, anos, décadas!

O “Pedrogão” e o Amintor Silveira apareceram solícitos:

– Já sabe dos acontecimentos em Lisboa? Parabéns! Também deu a sua parte! ...

Gente boa e solidária, soldados do Portugal amordaçado, finalmente quebrando as grilhetas num abraço fraterno que o poeta registou: “No fundo quem vai à guerra é aquele que a não faz!”

Na noite seguinte em Nangade, Cabo Delgado, Moçambique, a milhares de quilómetros da pátria, mais de duas dezenas de alferes, furriéis e soldados, deram os braços e cantaram: “Grândola vila morena, terra de fraternidade, o povo é quem mais ordena, dentro de ti ò cidade!”. O fascismo fora finalmente derrubado, agora era necessário acabar com a guerra!

## **O dia seguinte**

As bases do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), o sucedâneo do Movimento de Capitães, recebido em meados de Abril, numa encomenda “secreta” enviada pela companheira antes de ser detida, trazida de Nampula num “Noratlas” da FAP, pelos bons ofícios dos camaradas solidários, previa a libertação de todos os presos políticos. Já terão concretizado essa medida clarificadora? Não haveria resistência dos fascistas e da PIDE? Não haveria oposição dentro dos sectores conservadores das FA?

Respirava-se melhor na Secretaria no dia seguinte. Os profissionais assumiam-se (agora!) como spínolistas convictos, mas iam acrescentando que nada mudara na guerra. Não mudara mas tinha de mudar! As notícias da pátria eram animadoras, ia-se percebendo o conteúdo progressista do Programa do MFA.

Na tarde do segundo dia da nova era de liberdade chegando aos poucos, quando já se preparava um documento abaixo-assinado, cuja introdução se baseava no texto do MFA (para espanto de muita gente!) foi recebido um telegrama enviado de Lisboa, ao fim do dia 24 de Abril: “Saí hoje, darei notícias, beijos!”. Era muito e era pouco! Alívio, alegria e amargura simultâneas, tão longe da Pátria efervescente, lugar de saudade.

\*

Todas as noites havia reuniões nas casernas das duas companhias em conversas muito interessantes onde se discutia a situação política decorrente do “Levantamento Militar” que pusera fim ao regime ditatorial.

Era gratificante perceber como muitos daqueles camaradas modestos tinham uma aguda consciência da situação de impasse a que a guerra chegara e de que não haveria vitórias pelas armas, embora a Frelimo tivesse avançado muito no território. Vibravam com a conquista da liberdade na Pátria distante que imaginavam ao rubro nas ruas de vilas e cidades, roídos de tremendas saudades. Muitos tinham esposas, filhos, noivas à espera, era preciso acabar com a guerra e depressa!

Fora decidido numa reunião com 60 participantes, subscrever o texto do abaixo-assinado exigindo “o cessar-fogo imediato e o início das conversações de paz com o movimento de libertação único”. Assinado por “Militares Democratas no Norte de Moçambique”, foi entregue pela via hierárquica e foi publicado em Portugal no “Diário de Lisboa”, poucos dias depois.

Dezenas de cópias foram remetidas para camaradas e amigos em Moçambique, Angola e Guiné e recolheram-se centenas de assinaturas de apoio, suscitando-se simultaneamente uma rebelião emergente: “A guerra tem de parar, queremos regressar!”, era a palavra de ordem que se ouvia por toda a África.

Nessa altura a visita do brigadeiro comandante de Sector foi um banho de água fria. As ordens eram para “manter o nível operacional”, não haveria contactos com o inimigo, seria o presidente da República e só ele a definir a orientação para o futuro. A catilinária foi feita em reunião só com oficiais, nada de gente do povo fardada!

Um passo atrás na esperança de pôr um fim rápido à guerra, agravada pela ameaça reiterada de procedimento disciplinar para quem subscrevesse documentos como aquele que andava a circular no Norte! “Tarde piaste!”.

Sabiam da sua existência, não sabiam onde tinha nascido, até já havia cópias a circular em Nampula! O militarismo, animado pelas declarações ambíguas de Spínola, ainda ali não fora derrotado, apesar dos avanços da revolução em Portugal.

Em meados de Junho de 1974 surgiu (finalmente!) uma Circular do MFA, recomendando a reunião de todos os militares, sem discriminações. Uma bofetada com luva nos militarões empedernidos ou reaccionários nalguns casos. Foi feita uma reunião geral em Nangade com cerca de 200 militares, mas o tom de intervenção do comandante foi o mesmo, com ameaças se não se mantivesse o nível de operacionalidade e o resto quem decidia era o presidente da República em Lisboa. Nunca houve tantos spínolistas!

As reuniões “clandestinas” continuaram com mais recato, quem mandava nas casernas eram os soldados, foi elaborado um Caderno Comum de Reivindicações Internas, mas o comandante recusou receber os delegados eleitos pelos soldados, furriéis e oficiais milicianos. Reuniu os oficiais, tergiversou, ameaçou com as férias, não permitindo reuniões conjuntas com os soldados!

Começou um “braço de ferro”, o soldado que fora despromovido foi chamado ao comando, identificado como “cabecilha”, ameaçado com o “corte de férias” (a fórmula utilizada para “manter a disciplina!”). Todavia notaram-se algumas melhorias na alimentação, na higienização das sentinas nojentas e por fim no recuo em relação à marcação das férias.

– E agora, o que vamos fazer, carago!?! – questionava o portuense Amintor que naqueles dias aprendera muito, sempre na primeira linha dos contactos e reuniões, mas não sabia o que fazer sozinho à frente do movimento interno em Nangade.

– Tenta manter a chama acesa com a ajuda do Lira que só vai de férias em Agosto. Vou ver se percebo o que se passa em Portugal.

– “Cá filho da poutá”! Vais lá ficar e bem mereces, carago! Dá cá um abraço!

– Não estou certo, amigo. Já devia ter sido abrangido pelo decreto de “Amnistia Militar”, publicado em 4 de Maio, mas esqueceram os milicianos! ... Obrigado pela tua ajuda fraterna.

## Regresso ao futuro

Chegaram ao fim da tarde amena de Setembro à baía magnífica e ouviram espantados, rajadas de espingarda automática algures na cidade de Lourenço Marques. De onde vinham, do Norte longínquo, as armas tinham-se calado definitivamente, depois de dez anos de guerra cruenta e milhares de mortos e estropiados. Os homens que não a queriam tinham cessado a Guerra Colonial, assinando os “Acordos de Paz” que a Revolução de Abril permitira e os povos exigiam.

Como fora bonito e bom ver a embaixada de crianças e mulheres, vestidas com roupas coloridas, cantarem e dançarem no terreiro do aquartelamento que fora praça de guerra. Afinal os “turras” sabiam cantar e dançar organizados, não eram só os velhos andrajosos capturados nas operações militares e depois entregues à PIDE/DGS. O 25 de Abril fora o “Abre-te Sésamo!” da história milenar, era preciso aprofundá-lo em toda a verdade como acontecera em Nangade naquele dia, 24 de Agosto de 1974.

Cansados da viagem de quatro dias desde a ponta norte da Palma, num Oceano Índico muito dinâmico que pôs toda a gente a vomitar, aguardavam no cais há horas de espera ansiosa sem se saber o destino “secreto”. Já não se ouvia o matraquear doloroso das armas, quem dera que a “cegueira histórica”, a conspiração racista organizada à volta do Rádio Clube de Moçambique tivesse sido travada. Se fosse preciso os operacionais do Batalhão (o Sérgio, o Freitas, o Pina, o Simões...) dariam uma ajuda.

Caíra a noite sobre a cidade. Os veículos militares percorriam as avenidas compridas e quase desertas. Espreitava curioso pela traseira do camião de transporte coberto de lona verde, recordando a viagem feita dois anos antes no carro celular através da frondosa “Pinheiro Chagas”.

Passaram pela região do “Caniço”, aparentemente adormecida (ou recolhida?!) e continuaram para além, onde se fazia breu, sem destino anunciado. O coração palpitava premonições quando caíram no mesmo buraco negro onde mergulhara há tempos atrás, detido e solitário na carrinha policial.

O tempo dos inícios de Setembro (9/9/1974) não estava tão quente. Agora vinha feito soldado depois do duplo castigo (prisão e despromoção) com outros soldados de Portugal, desejosos de voltar para casa, para a Pátria libertada, democrática e revolucionária, embora disponíveis para contribuir

para a consolidação dos caminhos de paz que levariam Moçambique à independência.

No silêncio telúrico da natureza, debilmente iluminada pelos astros do firmamento do Sul, divisavam-se uns muros e uma guarita de vigia quando pararam frente ao portão pintado de preto, com palavras silentes gravadas a branco: Estabelecimento Prisional da Machava.

Desta vez não haveria o isolamento tenebroso e o medo do dia seguinte, o receio atávico das sevícias e das torturas que haviam de vir, o terror da solidão psicológica que corrói a vontade. Não apareceria o guarda prisional Cerqueira à meia-noite a oferecer solidário café quente, um ténue fio de luz nas trevas do militarismo e do fascismo.

Ainda lá estava a palavra gravada na parede escafelada da cela do pavilhão C (com a ponta da colher única) durante o isolamento, motivo de curiosidade dos camaradas de guerra: coragem!

No dia seguinte a Companhia foi informada que em breve teríamos a Frelimo na cidade. Bem-vindos, mais cedo do que tarde!

Foram precisos 500 anos, centenas de milhares de mortos e estropiados, sacrifícios e males indizíveis, finalmente Abril trazia a liberdade e a descolonização!